



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**

**LEI Nº 1127 DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

**AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E REPASSE FINANCEIRO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO FIRMADO ENTRE O FUNDO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – **FNAS** E O FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – **FMAS**, E O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - BAHIA, tendo como objeto o repasse de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de assistência Social – FNAS, e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando promover ações de melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, nos termos da minuta anexa.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2008.

  
**RAIMUNDO CAIRES ROCHA**  
Prefeito Municipal

Publicado nesta data, mediante  
afixação de cópia na portaria  
da PREFEITURA  
EM 13/06/08

GABINETE DO PREFEITO.  
*Heliana Sandi*  
1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
ESTADO DA BAHIA**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
E REPASSE FINANCEIRO Nº xxx/2008  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3230/2008**

*Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Repasse Financeiro que, entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - APAE**, tendo em vista a execução do instrumento firmado entre o **Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS** e o **Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, e o **Município de Paulo Afonso**, para os fins e na forma indicada.*

**O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.217.327/0001-24, com sede à Apolônio Sales, n. 925, Paulo Afonso, neste ato representado por seu Prefeito, o **Sr. RAIMUNDO CAÍRES ROCHA**, brasileiro, casado, farmacêutico - bioquímico, residente a Rua Pernambuco nº 76 Acampamento CHESF, em Paulo Afonso, portador da C.I nº 0067769730 SSP/ BA e CPF nº 049.265.875.72, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº - - - de - - de - - - de 2008, doravante denominada **CONVENIENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO – APAE**, denominada doravante **CONVENIADA**, inscrita no C.N.P.J sob número 13.452.867/0001-20, **ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – PORTARIA SNJ Nº 7 DE 12/05/2003**, localizada na Rua da Juventude, n. 06, Bairro Alves de Souza, Paulo Afonso – Bahia, neste ato representada por sua presidente a **Sra. RUTH CARVALHO DE SOUZA LIMA**, resolvem firmar o presente convênio conforme cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recurso financeiro específico oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e do Fundo Municipal de Assistência Social e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, visando à promoção de ações voltadas para a melhoria da

*RCA*

qualidade de vida das pessoas com deficiência, que passará a fazer parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS.**

### **Do Município:**

- a) Efetuar o repasse no valor total de R\$ 4.864,80 (quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), distribuídos em 12 (doze) parcelas de R\$ 405,40 (quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos), para atendimento de 20 (vinte) pessoas portadoras de deficiência, desde que seja efetuada a transferência do recurso do Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS para o Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS;
- b) Receber e analisar a prestação de contas dos recursos repassados e emitir parecer ou pronunciamento técnico sobre os instrumentos que comprovam a aplicação dos recursos;
- c) Promover o monitoramento, o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços a serem executados designando, para tanto, pessoal técnico do seu quadro;
- d) Disponibilizar equipe técnica de Convênio para as orientações necessárias;
- e) Efetuar a prestação de contas ao MDS – Ministério de Desenvolvimento Social nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- f) Repassar a título de contra partida do Município 6% (seis por cento) em relação ao valor transferido.

### **Da Entidade:**

- a) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo Município exclusivamente no cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, não podendo a ENTIDADE alterar a finalidade estabelecida na referida cláusula, sem prévia e expressa anuência do Município, sob pena de devolver a importância recebida;
- b) Adquirir materiais de consumo que estejam diretamente vinculados às atividades com as crianças, tais como, alimentação, higiene pessoal, atividades pedagógicas/didáticas, limpeza, fardamento, etc.;

*RLA*

- c) Contribuir com recursos financeiros e /ou materiais e humanos, visando possibilitar a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira deste Convênio;
- d) Prestar contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos em conformidade com as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- e) Apresentar a prestação de contas das parcelas recebidas no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento do recurso.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Unidade Gestora:** 12 120 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Projeto/Atividade:** 08.241.018.2.233 – Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social

**Elemento de Despesa:** 33.50.43 – Subvenções Sociais

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente convênio terá a validade até 31 de dezembro de 2008, iniciando a sua vigência a partir de sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO**

Este convênio poderá ser alterado, através de Termo Aditivo, de comum acordo, a qualquer tempo verificada a necessidade de modificações nas cláusulas ora pactuadas

### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

No período de sua vigência, o presente instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo Município, ficando os Convenientes responsáveis pelas obrigações pactuadas e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participarem do Convênio.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da cidade de Paulo Afonso, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio.



E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, que será assinado pelos Convenentes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Paulo Afonso, XX de Junho de 2008.

Pelo Município:

  
**RAIMUNDO CAIRES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Paulo Afonso

Pela APAE:

**RUTH CARVALHO DE SOUZA LIMA**  
Presidente da Entidade

**TESTEMUNHAS**

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO

**LEI Nº 1126 DE 13 DE JUNHO 2.008.**

**AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA COM A SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnico Financeira com a SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB, tendo como objeto a soma de esforços com vistas a construção de uma Unidade Básica de Saúde, Modalidade II, para um ESF (Estratégia de Saúde da Família) e um ESB (Equipe de Saúde Básica).

**Art. 2º.** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Saúde repassará ao Município, pelo convênio a importância de R\$ 105.375,57 (cento e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), cabendo ao Município, como contrapartida o importe de R\$ 11.708,40 (onze mil setecentos e oito reais e quarenta centavos).

**Art. 3º.** O prazo de vigência do convênio será de 12 (doze) meses e será assegurada a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora : 1111011 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 10.302.056.1117 – Construção e Ampliação das Unidades Básicas de Saúde  
Elemento de Despesa: 4490510000 – Obras e Instalações.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2008.

  
**RAIMUNDO CAIRES ROCHA**  
Prefeito Municipal

afixação de cópia na portaria  
da PREFEITURA  
EM 13 06 08 1

GABINETE DO PREFEITO  
Beliana Sandi